



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 85

Sessão Ordinária de Abril

3.ª reunião em 06-05-2013

Aos seis dias do mês de Maio de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Marco António Costa Gonçalves, Simão Pedro Tavares Quina, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Victor Manuel Marques de Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Paulo Alexandre Florentino Marques, Artur Paulo Madaíl Lobo, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Anabela de Almeida Saraiva, João Condinho Vargas, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Elisabete Krithinas de Freitas, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, e Nuno Manuel Marques Pereira. [001](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria Helena de Oliveira Dias Libório (saiu às 23.00 horas) e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, e António Manuel Pinho Regala, respectivamente pelos sucedâneos na lista de candidatura, Marco António Costa Gonçalves, Simão Pedro Tavares Quina, Anabela de Almeida Gonçalves, João Condinho Vargas, e António Manuel Santos Salavessa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, David Paiva Martins e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião por Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Paula Sofia Gonçalves Ramos e Adélio Correia Marques Silva, respetivamente.

Os sucedâneos, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Maria João Moreira Dinis, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, Pedro Miguel Melo e Castro Silva Pinheiro e Paula Cristina Dias Urbano Antunes, pediram escusa.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Ponto 3. – Prestação de Contas:⁰⁰⁴

- a) **Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social, e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação, do ano de 2012 da Câmara Municipal de Aveiro;**
- b) **Relatório de Gestão e Contas do ano de 2012 dos Serviços Municipalizados de Aveiro.**

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião Ordinária de 18/04/2013, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou no Vereador com o pelouro, a apresentação do documento em epígrafe, tendo o mesmo feito apresentação em PowerPoint.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira⁰⁰⁵

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Adélio Correia Marques Silva e Maria Inês Sequeira Bastos Abreu)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁶

“Senhor Presidente, Senhores deputados, em particular o senhor vereador que nos deu esta informação, esta síntese. Nesta primeira intervenção eu vou só colocar algumas questões e algumas perguntas à Assembleia Municipal e a intervenção de cunho mais marcadamente político ficará necessariamente para uma segunda intervenção.

Como comentário não poderia deixar de sublinhar que nós temos este hábito procurar extrair daquilo e valorizar o que é de valorizar e criticar o que é de criticar. Essa é a nossa postura. É evidente que numa primeira leitura superficial dos números, nós ficamos com a ideia de que há caminho no sentido do equilíbrio financeiro. Mas subsistem dúvidas de como é que esse resultado foi obtido. Portanto eu gostava que a Câmara pusesse mais em evidência o que é que fez para obter estes resultados (eu sei que os números estão aí). Mas onde é que estão as causas que estão expressas nestes números?

E vou ser um pouco mais concreto na pergunta. O Senhor Vereador quando falou na dívida de médio longo prazo referiu a operação da REFER. Mas não referiu a redução da REFER na dívida de curto prazo! Isto é, são 13 milhões que passaram de curto prazo para médio longo prazo.

Outra questão que nos intriga e que tem a ver com o resultado total do exercício é esta questão dos proveitos deferidos!? Diz a Câmara que os proveitos deferidos aumentaram 13 milhões e atingem o montante global de 50 milhões de euros! O que é que corresponde isto? Onde é que a Câmara está a prever arrecadar este valor? Porque os proveitos deferidos como bem sabe

têm reflexo no Balanço e nos Resultados Líquidos do Exercício. Portanto expliquem claro para ficarmos a saber como é que é esta questão.

Aconselhou a criação de emprego! Cuidado senhor vereador, cuidado Câmara. É criar emprego lá fora. Porque se olharmos para o grupo municipal é apenas reduzir e acham que é esse o caminho. É apenas sublinhar a incongruência.

Queria ainda que o senhor vereador esclarecesse esta assembleia do seguinte: que critérios utiliza para desequilíbrio conjuntural e os critérios para desequilíbrio estrutural. E queria que nos dissesse com clareza se esses critérios estão ultrapassados. Eu não estou a dizer que a assembleia deve declarar a Câmara em desequilíbrio estrutural. Não tomarei essa iniciativa porque a ser aprovada traria enormes repercussões no dia-a-dia dos aveirenses.

Mas queria que o senhor vereador me dissesse se os critérios para uma e para a outra estão ou não estão ultrapassados.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁷

“Boa noite a todos. Bem, devo começar por dizer que fico sempre confuso quando vejo partidos a analisar as Contas dum município, a dizer que elas estão simplesmente melhores ou piores e a ficarem todo contentes com isso. É o que esta maioria aqui em Aveiro faz: olha para as Contas, ou melhor para resultado final das Contas, diz que elas estão melhores, todos batem muitas palminhas e ficam muito contentes.

Este é o princípio que põe todos os cidadãos, todos os trabalhadores, a viver em função de um número. É o método que faz com que os cidadãos sirvam a Economia, quando a Economia, e já agora a política, é que devia servir os cidadãos – é o que se passa aqui em Aveiro.

O vereador diz que teve um resultado positivo, e fica todo contente apesar de Aveiro se encontrar totalmente ao abandono. Tudo isto é um absurdo.

E é um absurdo porque, primeiro, as Contas não estão, de facto melhores. O Balanço positivo que vocês fazem é uma fraude.

Segundo porque, à custa da Vossa maneira de fazer contas, já quase não temos Aveiro. Aliás, este executivo corre o risco de entrar para a História como o pior de sempre, e olhem que não é fácil.

Talvez Élio Maia venha a ser recordado como mágico, porque está a ser capaz de fazer desaparecer um concelho inteiro sob o manto da sua arrogância política.

E quando falo de arrogância com todas as letras. Porque é de arrogância que se trata quando não se respeita uma decisão aprovada democraticamente neste mesmo órgão, a Assembleia Municipal, apenas porque se quer fazer mais uma negociata para que Aveiro desapareça ainda mais um pouco.

Essa negociata totalmente absurda da construção de quatro parques subterrâneos foi, lembro, derrotada aqui nesta Assembleia. É tão absurda que foi derrotada pela vossa própria espécie de coligação (CDS/PSD). É tão absurda que vai hipotecar, durante décadas, a qualidade de vida de todos os aveirenses. Vai hipotecar a própria liberdade política da mobilidade e arrasar áreas do centro nevrálgico da cidade.

Qual é a Vossa resposta à votação por larga maioria que esta Assembleia expressou? Não querem nem saber, porque não querem saber de quem mora em Aveiro, nem sabem o que significa a palavra Democracia.

E portanto, é neste contexto, é neste ambiente de arrogância política, onde vocês estão contentes e batem palmas às Contas de um município que, os munícipes pagam todas as facturas da vossa des governação, pagam todas as facturas das vossas negociatas.

De facto, infelizmente, são os munícipes que estão a pagar agora um preço demasiado elevado pela água, por causa da negociata como a Adra e as Águas do Vouga, por exemplo.

São esses mesmos munícipes que vão pagar ainda mais cara essa mesma água com os aumentos brutais anunciados para os próximos dois anos. Mais ainda, são esses munícipes que

têm uma cidade cuja política cultural se resume à programação duma sala de espectáculos em ano de eleições, são esses munícipes que têm uma rede viária totalmente esburacada, são esses munícipes que perderam o direito aos transportes públicos, são esses mesmos munícipes que viram ser aprovadas por este executivo uma série de novas taxas municipais que nos está a sair do bolso. Mas ficam todos contentes porque aqui nestas Contas têm um resultado positivo, mas que por onerar a vida dos cidadãos é negativo.

Enfim, é caso para dizer que é legítimo afirmar que vocês são uns génios da des governação. Geniais mesmo, diria eu. Sempre que vos falta dinheiro para alguma coisa e se põem a pensar, têm essa delirante e altruísta mania de ir aos bolsos dos cidadãos mais pobres.

“Não temos dinheiro, e agora o que fazer? Já sei, vamos buscar ao bolso dos aveirenses”. Parabéns, assim é uma excelente governação...

Aliás, por falar nos mais pobres, só com a Vossa péssima gestão da urbe se pode justificar o incêndio que aconteceu ontem no Bairro de Santiago. Um apartamento vazio, transformado num armazém de lixo e destroços. Um apartamento que podia estar a ser usado por alguém que não tenha possibilidades de ter habitação própria. É incrível, é o cúmulo do desleixo, esta câmara ter apartamentos que são sua propriedade ao abandono. É um desperdício imperdoável, ainda mais quando estamos em tempo de crise.

A mesma câmara que se lamenta todos os dias da falta de dinheiro para Acção Social Directa, deixa casas do âmbito da habitação social ao abandono. Ali, naquela casa, podia viver gente. Mas devido à vossa inépcia não vivia ninguém, devido à vossa inépcia a casa foi destruída.

Devido à vossa des governação a casa está destruída.

Aliás, deve ser por isso que o valor orçamento e vemos que para “encargos com as instalações para a Habitação Social (rubrica 0239020201) é igual a zero. E durante o ano nunca corrigiram esse valor. Zero euros, é o valor vergonhoso gasto em 2012 com a manutenção da Habitação Social em Aveiro. É um deixa arder desta câmara.

Talvez por isso eu me lembre, com alguma emoção, de um encontro imediato que tive no Bairro Amarelo com a vereadora Maria da Luz Nolasco. E o que é que a vereadora Maria da Luz Nolasco estava a fazer no Bairro Santiago quando eu me encontrei com ela? Estava a tentar convencer os moradores de um dos prédios, propriedade da Câmara, a pagar a porta da entrada cuja fechadura está (ainda está) avariada. Estamos a falar duma porta com dezenas de anos, que o próprio tempo estragou, e a Câmara quer pôr as pessoas pobres a pagar o seu próprio património. Agora percebo porquê. Porque a Câmara não orçamenta nem um cêntimo em manutenção na habitação social.

Depois escrevem no relatório anual, frases tão lindas como esta: «O aumento da desigualdade social constitui um repto à inclusão social, ao nível da garantia dos direitos de protecção dos mais vulneráveis e de prevenção das situações de risco, conduzindo governos nacionais/locais a assumir estrategicamente as políticas inclusivas.»

Estão a gozar com quem? Não têm vergonha? E depois querem obrigar os pobres a pagar uma porta, depois de terem escrito estas coisas lindas no relatório? Não há vergonha? c

Estavam a brincar com quem, quando escreveram isto? Nem uma simples porta dum edifício fazem um esforço para pagar.

O Vereador Pedro Ferreira disse aqui que perderam um milhão de euros a propósito da extinção do programa Aveiro Polis. Um milhão de euros! Disse-o aqui, assim como quem não quer a coisa, mas depois orgulha-se de ter menos colaboradores na autarquia, ou seja, de ter contribuído para o desemprego, e ainda quer que pessoas pobres, algumas nem água têm em casa, paguem uma porta dum edifício de habitação social. Isso é uma vergonha.

Agora, emocionou-me também, o facto do vereador achar surreal a EDP não ter facilitado a vida ao seu cliente (autarquia de Aveiro) quando estava numa situação prática de monopólio. Vou-lhe explicar uma coisa simples: isso não é surreal, é normal. A situação de monopólio por parte de privados é terrível sempre. É exatamente o mesmo que está a acontecer, por responsabilidade deste executivo, com a água em Aveiro. Os preços aumentam porque há um

serviço único privado e, portanto, quem não pode pagar esse recurso natural, fica simplesmente sem ele. Muito provavelmente as pessoas que já não têm água em casa acham surreal. Mas provavelmente já não seria se esta continuasse a ser pública. E é esta política da Câmara Municipal de Aveiro, em função de um número, que é um número falso, que está a destruir Aveiro, está a destruir os cidadãos e está a destruir a cidade. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁰⁸

Vogal Romana Fragateiro (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros membros desta Assembleia. Eu gostaria de me dirigir, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Paulo Marques que gasta a palavra “Partido Socialista”. O Partido Socialista fez isto, o Partido Socialista fez aquilo, há dez ano foi assim, há dez anos foi assado. Mas para que saiba, até dois mil e cinco, o Partido Socialista nunca teve nenhum incumprimento no pagamento das delegações de competências às Juntas de Freguesia. E para seu esclarecimento e esclarecimento geral, o Sr. Vereador esqueceu-se de falar nisso, em dois mil e doze, no ano de dois mil e doze, não foi assinado o protocolo com as Juntas de Freguesia, como é habitual, as Juntas de Freguesia não receberam o protocolo de dois mil e doze, receberam sim algum dinheiro em dívida de dois mil e onze. Como? Não assinei protocolo nenhum em dois mil e doze. Eu não assinei. Se outros Presidentes de Junta assinaram então ainda é muito mais grave. Mas espero que não. Nós recebemos sim algum dinheiro de dois mil e dez e de dois mil e onze. O protocolo não foi assinado. Portanto, esta medida não acho que seja uma boa prática. Mas se calhar também reduziu, em parte, a dívida. O que é triste é que seja à custa dos mais pequenos.”

Vogal Francisco Picado (PS)⁰¹⁰

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹¹

“Sr. Presidente em funções, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite. Este é o último relatório e contas do mandato. E no momento em que é analisado por esta Assembleia Municipal devemos também ponderar e comparar o que eram as contas desta autarquia no início da governação “Juntos Por Aveiro”, que herança tiveram, que diferenças se registam, o caminho seguido e o ponto actual. Assim, salientemos o ponto a que chegámos no final de dois mil e doze ainda muito longe do ideal, ainda muito longe de se poder considerar que estamos com as contas a pensar na minha e na próxima geração, pois centro e trinta milhões de euros de dívidas a terceiros não é herança que se deixe a ninguém, mesmo com uma redução superior a um milhão de euros por mês, em média, no último ano, registada sobretudo nas dívidas de curto prazo, permitindo uma melhor reestruturação da dívida para o futuro. Mas com cerca de quarenta milhões de euros de receitas registadas, sensivelmente, a dívida ainda continua a representar mais de trezentos por cento face às receitas, continua a ser uma herança pesada para se deixar ao próximo Executivo, mas muito, mesmo muito diferente, da herança recebida em dois mil e cinco. A melhoria verificada nos resultados é evidente, principalmente nos resultados líquidos com um diferencial positivo de, num ano para o outro, na ordem dos cinco milhões de euros, registando agora valores positivos superiores a dois milhões de euro no último ano, tanto nos resultados líquidos como nos operacionais. O caminho seguido tem levado a melhorias significativas, neste campo. Em termos financeiros e contabilísticos o Município está melhor, em trinta e um de dezembro de dois mil e doze, do que estava em dois mil e onze. E se recuarmos a dois mil e dez ou dois mil e nove a evolução é ainda mais notória, pois a dívida era superior e os resultados diferentes. Para já não falar da evolução desde dois mil e cinco. O caminho do equilíbrio orçamental que tem vindo a ser seguido desde dois mil e cinco é fundamental e deverá continuar a ser realizado pela coligação até ao final do mandato, e, a partir daí, por

quem vença as próximas eleições autárquicas. Algumas diferenças poderiam ter existido neste trajecto desde dois mil e cinco até à data de hoje, mas o objectivo final tinha que ser este. E tem que continuar a ser este, ou seja, pagar, pagar. Eu compreendo que os aveirenses gostassem, tal como eu, de ter mais investimento da autarquia na cultura, na educação, na acção social, no desporto, nas estradas da cidade e nas tão necessitadas pavimentações que estão em curso, e em muitos outros campos. Eu sei disso perfeitamente. Mas a prioridade foi outra, pagar. Mas apesar de longe já irem os tempos em que o discurso estava centrado em valores de dívida a rondarem quase o dobro dos actuais, fruto de uma governação totalmente oposta à actual, é preciso não esquecer o passado e os seus responsáveis, pois mais tarde ou mais cedo seremos nós, com os nossos impostos, que pagaremos todos os desvarios dos nossos governantes. Assim o serviço da dívida e os dois milhões e meio de juros pagos em dois mil e doze absorveram a enorme fatia das receitas que consomem hoje, o caminho não pode ser muito diferente do actual. A bem do futuro, a bem da sustentabilidade e das gerações futuras.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰¹²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹³

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰¹⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁵

“Boa noite, Sr. Presidente. Eu ouvi atentamente o que disse o Sr. Vereador nas explicações que foi apresentando, mas a manobra dos números e a forma como se apresentam as coisas, a escolha dos índices em relação, por exemplo, ao poder de compra, etc., etc. Não estou a dizer que os resultados que apresentou são falsos. Não é isso. Estou a dizer que a forma como apresentou poderia ter sido feita de forma diferente. Coisa diferente e o que consta claramente e o que resulta claro é que na redução que teve dos dezasseis milhões da redução de dívidas a terceiros, penso que lá estaria a factura da CP. Só aí a redução foi muito grande porque só a factura da CP tinha treze milhões, ao que sei ou coisa que o valha. E até foi pena a CP não ter enviado uma factura de vinte e cinco milhões porque a redução tinha sido muito maior e poderíamos ter apresentado aqui uns números muito mais interessantes.

Sr. Presidente, depois desta apresentação do Sr. Vereador das Finanças e com o brilhantismo destes resultados, a pergunta que lhe fazia nem era propriamente sobre as contas. A fazer fé nesta apresentação de contas o Sr. Presidente não se sente injustiçado pelos partidos que o apoiaram como candidato a presidente? Isto pelo facto do projecto “Juntos por Aveiro” ter essencialmente a bandeira, e disse aqui várias vezes que a bandeira principal que tinha era a resolução do problema da dívida, aparentemente, pelo que o Sr. Presidente aqui apresenta nestes dados, ainda que eu não concorde, apresenta uns resultados que entende como positivos e, depois, tem esta boa paga do PSD e do CDS de dizerem, “pronto, obrigadinho, mas agora já não és preciso”. Ou então, o PSD e o CDS vão aqui bater palmas hoje, eventualmente votar a favor, mas não acreditam na demonstração que é apresentada. Não acreditam e não têm a coragem de dizer isso, porque deviam ser homenzinhos e dizerem. Eu pergunto: uma coligação “Juntos por Aveiro” que se forma, essencialmente, para chegar ao poder com a bandeira clara da questão de batalhar a famosa dívida do Partido Socialista, tem um presidente que os Srs. disseram aqui hoje, estou a falar no fim já que a seguir só falará mais uma pessoa a seguir a mim, já falou a bancada toda do PSD e do CDS, que veio dizer, claramente, que está tudo muito bem, estamos todos de parabéns, todos conseguimos muita coisa, o projecto tem sido um sucesso, e chegam ao fim e decidem trocar de candidato. Em que é que ficamos?”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁶

“Muito boa noite, Sr. Presidente da Mesa, distinta Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Ex.mos Vereadores, caros colegas. Pegaria nas palavras do Sr. Deputado Pires da Rosa e gostaria de

deixar muito claro que a coligação “Juntos por Aveiro” não se fez para conquistar o poder. Fez-se para resolver os problemas da cidade de Aveiro. Fez-se para dar a volta a uma situação, de facto, extremamente negativa e que penalizou, e há-de continuar a penalizar, por muitos anos, os aveirenses. Naturalmente, com consequências nefastas em todos os projectos que se pretendam fazer durante mais alguns anos. A segunda questão também tem a ver com as palavras que aqui foram agora ditas. Na verdade, estes números não são brilhantes, como disse o Sr. Deputado Pires da Rosa. Não são brilhantes. Nós temos a consciência clara de que há dificuldades que persistem e que irão demorar alguns anos a resolver. Sabemos que continuamos em desequilíbrio conjuntural e estrutural. Não escondemos essa realidade. Mas posto isto à discussão, eu gostaria de salientar, em nome do PSD, aquilo que de muito positivo se fez no ano passado no sentido de inverter esta situação. Para nós é essa a trajectória que importa sublinhar hoje, aqui. É essa trajectória que, de facto, é indesmentível. Nós sabemos o esforço que é preciso fazer para se conterem custos quando a tendência até seria para se aumentarem esses custos, num período de grave crise nacional. Nós sabemos que não é fácil nós cumprirmos alguns dos objectivos que estão definidos no Plano de Saneamento Financeiro quando a crise nacional é bastante forte e afecta, consideravelmente, o poder de compra dos portugueses. E aí não é fácil nós conseguirmos receitas extraordinárias resultantes, nomeadamente, da venda de património imobiliário municipal, conforme está consagrado no referido Plano de Saneamento. Estas são dificuldades objectivas que nós nunca podemos esquecer. E temos os pés bem assentes na terra. Agora, naquilo que à Câmara Municipal e ao Executivo compete houve sinais claros de contenção de custos, houve sinais claros de melhoria da situação económica e também da situação financeira. A situação económica é reflectida no seu expoente máximo que é o resultado líquido positivo de dois milhões de euros. Aqui está um resultado operacional que é ainda mais positivo, e isto é importante. Se estivéssemos aqui, como no ano passado, a lidar com um resultado líquido negativo de três milhões de euros, estaríamos numa situação pior, porque a situação acumulada estaria agravada. Não é o caso, é o caso inverso que está a acontecer. Portanto, nós temos que enaltecer o papel da Câmara neste particular. É muito importante, isto. Mas também o esforço que foi feito no plano financeiro, ao nível da redução da dívida, é muito importante. A obra pode não ter aparecido em todas as esquinas, mas há uma coisa que ninguém nos tira e que são dezasseis milhões de redução de dívida. E isto é fundamental. Isto é capacitar o Município para investir no futuro. Quanto mais depressa nós regularizarmos a nossa dívida, mais depressa e mais longe poderemos sonhar. Eu penso que todos estamos de acordo relativamente a esta matéria. Este esforço é iniludível e é muito importante continuá-lo a fazê-lo. Não podemos cair no facilitismo porque o facilitismo só gera dívida e mais hipotecamos o futuro dos aveirenses. E não é por aí que o PSD e o Executivo querem ir. E por aqui me fico por agora. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰¹⁷

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Algumas respostas. Sr. Deputado António Salavessa quanto à questão como foi resolvido se reparar, e de acordo com a apresentação que eu fiz, como deve éter visto, não é o primeiro ano em que nós reduzimos este tipo de montantes. Já o ano passado nós tínhamos reduzido a dívida em cerca de quinze milhões de euros. Estamos a falar de acordo com um Plano de Saneamento Financeiro onde temos que reduzir determinados montantes e, para além disso, como sempre foi afirmado, e acho que é essa a possibilidade, o Município de Aveiro, para além das despesas correntes que tem, funcionários, etc., etc., e dos compromissos que tem com financiamento comunitário, que é bastante importante, tem sempre a possibilidade de, para além dessa redução, reduzir mais três a quatro milhões de euros de dívida por ano. E, portanto, dá esses montantes que estamos a falar. Quando falei na questão da REFER, no médio e longo prazo, não referi abaixo, tem razão, mas só para lhe dar esta nota. Afecta de sobremaneira porque nós teríamos reduzido mais no médio e longo prazo. Com

a REFER, estamos a falar de uma transferência que foi feita em cerca de dez milhões de euros de curto para médio e longo prazo. Em relação aos proveitos referidos, basicamente, estamos a falar de subsídio QREN, entre outros. Na questão da subsidiação vem desde o QCA e estamos a falar de valores que à medida em que há amortização é que eles vão desaparecendo. Portanto, são valores que vão durar muito tempo nas nossas contas.

Sr. Deputado Manuel Prior não está o relatório e o parecer do ROC, o parecer está, o relatório não foi apresentado à Câmara e não foi votado, portanto não poderia aqui estar. Será apresentado brevemente.

Quanto ao mapa de transferências para as Juntas de Freguesia, eu penso que é sobre isso que se está a referir, este é um mapa líquido, ou seja, é em relação ao dinheiro efectivamente referido. E há Juntas, como a Sra. Presidente acabou de referir, que tinham regularizados anos anteriores e foi apenas transferida a verba de dois mil e onze. Havia Juntas de Freguesia, nomeadamente, duas Juntas de Freguesia e uma delas com um valor muito substancial que tinham valores de outros anos. Daí esses picos diferentes entre as Juntas de Freguesia. Para complementar, Sra. Presidente, há um lapso naquilo que disse inicialmente, mas terei depois o prazer de lhe explicar. Mas no que referiu, no restante, tinha toda a razão.

Sr. Deputado do Bloco de Esquerda só para lhe confirmar que os caudais que referiu não são os correctos e não será a Câmara Municipal a pagá-los. Quanto à questão dos oitenta e nove milhões, a rubrica, como eu disse no início, tem a ver com o inventário que virá cá e depois falaremos em concreto porque eu não tenho esse número presente. E não estou a ver os oitenta e nove milhões, mas terei todo o gosto, quando vier cá o inventário, em analisarmos, se quiser mais concretamente. Depois dá-me o número da rubrica e eu irei analisar porque não tenho esse valor presente.

Sr. Deputado Pires da Rosa só para lhe dizer que em termos de afectação da redução da factura da REFER estamos a falar de novecentos mil euros. Portanto, dentro deste valor todo não é o valor que acho que faça a diferença. Julgo que eram estas as questões que foram colocadas.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[018](#)

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. A frieza dos números demonstra, os documentos apresentados demonstram, na frieza dos números, que a melhoria no registo contabilístico foi conseguida à custa, em grande parte, de Aveiro e dos Aveirenses. Menos um vírgula oito milhões de euros com pessoal, ou seja, menos emprego e dinheiro roubado aos trabalhadores municipais como consequência das medidas do governo. Menos oito vírgula três milhões na aquisição de bens e serviços e admitindo que parte destes bens e serviços pudessem ser descartáveis, parte substancial destes oito vírgula três milhões foram conseguidos à custa da degradação do dia-a-dia dos aveirenses, visível em imensos aspectos. Menos quatro milhões nas transferências para outras entidades: um milhão e meio nas transferências correntes, dois milhões e meio nas transferências de capital, que podendo ser, em parte, seguramente descartáveis, noutra parte fariam muita falta às instituições e às Juntas de Freguesia, o que se traduz também na degradação nos serviços prestados pelas Juntas de Freguesia. Portanto, é em grande parte por isto que a melhoria contabilística, e a real também, da situação financeira nos números é conseguida. Mas a frieza dos números demonstra, também, que os cuidados que houve em relação a uma parte não estão a ser tidos em relação a outra parte. O futuro continua a ser hipotecado. O valor dos compromissos para os anos ulteriores, já não falo dos compromissos para dois mil e treze, porque terão de ser os Srs. a resolver, a não ser que deixem tudo para o último trimestre, venha quem vier, são quase onze milhões de euros. Foram assumidos neste ano, nesta anos de dois mil e doze. Vocês comprometeram, com quarenta e um milhões de euros de receitas, para o ano cinquenta e oito vírgula dois milhões e para os exercícios futuros

cinquenta e seis vírgula seis milhões: cento e catorze vírgula nove milhões de euros de compromissos para o futuro, assumidos esta ano. Digam-me lá se isto é ou não é hipotecar o futuro. Finalmente, o Sr. Vereador não quis responder à minha pergunta sobre se a Câmara está ou não está em situação de desequilíbrio financeiro, conjuntural e ou estrutural. Eu insisto nesta questão porque tenho pena de não estar aqui, mas não posso deixar de o dizer, nenhum dos Srs. Deputados aqui presentes esteve próximo da expressão utilizada pelo Dr. Manuel António Coimbra, apesar dele não estar sou obrigado a referi-lo, a expressão que produziu aos microfones da Rádio Terra Nova, no passado sábado, não sei se foi neste ou no anterior, e quando me contaram eu não queria acreditar que o tivesse dito. Porque o Dr. Manuel António Coimbra disse e repetiu, com a responsabilidade que tinha em representar o PSD no debate, disse que esta Câmara resolveu o buraco financeiro. Disse-o e repetiu-o. Tanto não queria acreditar que tive de ouvir o podcast, a gravação das declarações para ver que era verdade. Disse-o mesmo. Ora, o Sr. Vereador não disse mas o relatório di-lo. Não diz desta forma mas diz, claramente, que foram ultrapassados os limites que determinam a situação conjuntural e foram ultrapassados os limites que apontam para défice estrutural. Repito, nenhum dos Srs. Deputados o disse, mas isto foi dito por um representante do PSD num momento e num determinado local. Eu, como gosto muito de sustentar as intervenções em facto e em números, diria apenas que em dois mil e cinco a dívida de curto prazo e de médio prazo somada era de cento e dezasseis milhões de euros, no final de dois mil e cinco. Contas feitas por esta Câmara e aprovadas por esta Assembleia. Estão aqui os documentos, em dois mil e cinco. O passivo exigível, curto prazo mais médio prazo, era de centos e dezasseis milhões de euros. Em dois mil e onze é de cento e quarenta e seis milhões. Dir-me-ão os Srs. Deputados e a Sra. Câmara que depois a Inspeção Geral de Finanças veio a corrigir este valor em mais vinte e sete milhões. Mas mesmo assim, eu acho, mesmo com essa correcção, que é muito difícil fazer afirmações como aquelas que foram feitas. Portanto, a Câmara não o disse, nem poderia dizer, mas eu acho que a forma como esta redução foi conseguida, bem expressa nas declarações de voto dos Srs. Vereadores que não estão com a maioria desta Câmara, na Câmara Municipal, pelas razões que, em parte, lá estão explanadas, por tudo isso seria muito mau se a Câmara levantasse a guarda relativamente ao cumprimento. Mas tem um desafio, e é com isso que concluo a minha intervenção. Que façam tudo aquilo que for possível para que uma redução da dívida não seja mais à custa do único serviço prestado aos aveirenses. Os Srs. já hipotecaram bastante, já entregaram bastante, já alienaram bastante, chega. Assumam o serviço público e no cumprimento do serviço público, na defesa dos interesses dos aveirenses e dos cidadãos do Concelho, por favor, continuem o caminho da redução da dívida, mas dentro dessa perspectiva.

De qualquer forma as objecções que este tipo de medidas que foram tomadas e que levaram a este resultado não merecem o nosso apoio. O nosso apoio não pode ser traduzido num voto favorável. E deixo uma última nota como reparo. É já uma observação à margem. Não é costume, nos últimos anos, ser apresentado e defendido o relatório dos Serviços Municipalizados, não sei se o vai fazer a seguir, não há um ponto específico. Eu queria só registar que a apresentação de Contas dos Serviços Municipalizados traz um elemento que deveria merecer a nossa reflexão de todos. É a diminuição em várias, em milhares de toneladas, da recolha de resíduos sólidos em relação aos anos anteriores. Podemos dizer que foi por uma razão positiva? Não. Seguramente que não foi por uma razão positiva. A crise e as dificuldades que os portugueses estão a atravessar tem reflexos até ao nível do lixo que é produzido. E esse sintoma que nós não vamos aqui esmiuçar é para nós muito preocupante e é algo mais a juntar ao discurso que temos de denúncia da situação actual.”

(Entretanto saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[020](#)

“Relativamente áquilo que ficou por referir em relação ao negócio da REFER, por qualquer razão foi o mais falado, quem ouviu aqui a discussão pode até pensar que o negócio da REFER foi um bom negócio. A Câmara passou a dívida de curto prazo para dívida de médio prazo, blá blá blá. Mas o que aconteceu na verdade foi que a Câmara Municipal de Aveiro pagou o desvio das obras a poente da Estação, em cerca de sete milhões de euros, pelo qual nem sequer era responsável. Isso é uma asneira brutal deste Executivo. Não é a maior, infelizmente, mas é uma delas e grave. Não era responsável. Mas o que aconteceu é que este Executivo assumiu uma dívida de cerca de sete milhões de euros de dinheiro que já estava na altura no bolso de empreiteiros que erraram nas obras a poente da Estação. Ou seja, os seus próprios erros fizeram com que eles tivessem ganho mais dinheiro. É incrível a noção de meritocracia que vocês têm relativamente aos empreiteiros dessas obras. Lembro, por exemplo, a ponte que liga as Agradas ao Centro de Esgueira, em que a Câmara pagou, praticamente, um milhão de euros a mais por um erro pelo qual não era responsável. Um milhão de euros a mais do que o previsto. E por falar em meritocracia em gostava de falar no próprio mérito que vocês têm em não responder a praticamente nada daquilo que é posto à discussão pelo Bloco. Não é novo e eu percebo. Não têm resposta, sabem que só fazem asneiras, sabem que não têm resposta, olham para o lado, para o tecto, e tal, e não respondem. Eu percebo. Se calhar, se eu fizesse tanta asneira faria mais ou menos o mesmo. E por falar em mesmo é aqui que voltamos ao mesmo. O Executivo vem para aqui com uma discussão fantástica. Vem dizer que as contas estão muito melhores e quem vos ouvir pensa que Aveiro é uma maravilha. Esse discurso é uma falácia. O que o Vereador Pedro Ferreira faz em Aveiro é, comparando a gestão da Câmara Municipal de Aveiro com uma gestão doméstica, é cortar no frigorífico, cortar na despensa, mantendo uma piscina no quintal. É isso que este Executivo está a fazer. Corta em tudo o que é essencial para os cidadãos e mantém tudo o que é perfeitamente absurdo. O próprio Executivo é absurdo. Foi interessante perceber, através de duas declarações da bancada do PSD, que o próprio PSD tem noção, sabe, que o investimento público este ano, nos últimos anos, foi muito baixo em Aveiro em questões essenciais para os cidadãos. Foram dois deputados do PSD que o disseram aqui: «nós queríamos uma obra em cada esquina, mas não pode ser porque temos que baixar a dívida». No entanto, faltou esse investimento público como o próprio PSD reconhece, mas ideia mirabolantes não faltaram. Ou seja, o PSD sabe que não pode ter investimento público em coisas essenciais, mas não sabe que não pode ter em projectos perfeitamente absurdos. Ponte sobre a Ria, uma ponte sobre o canal central para poupar dois minutos a passar de um lado para o outro, uma ponte que ninguém queria; a entrega da gestão do estádio ao Beira Mar quando a autarquia ia perder mais dinheiro, onde dois vereadores perderam o pelouro por causa dessa negociata; uma ponte sobre uma passadeira que é uma ideia fenomenal, nós não podemos fazer investimento público, mas podemos fazer uma ponte sobre uma passadeira, com passarinhos a cantar, música e não sei o quê; o negócio da MoveAveiro em que se entregam as linhas lucrativas a uma empresa privada, não pode haver investimento público essencial mas podemos entregar as três linhas essenciais da MoveAveiro a uma empresa privada. Nós não precisamos de dinheiro, parece que vivemos cheios de dinheiro. Há bocado estava a dizer que não ao meu colega mas eu vou-lhe mostrar a notícia do Público que está aqui há minha frente. Em Aveiro, taxa média, trinta e três vírgula trinta e oito euros é o que se paga de água em Aveiro. É o quarto concelho do país onde se paga mais caro. À frente só tem Espinho, que também é do PSD, Quinta do Lago e Loulé que também é do PSD, coincidência. De resto no Sul é onde se paga menos. Aveiro é onde se paga a água praticamente mais cara no país todo. E se vocês se vissem ao espelho de manhã deviam ter vergonha em terem colocado os cidadãos aveirenses nesta situação. Mas não têm. E é também de sublinhar, por não responderem a nada do que o Bloco aqui diz, que se escusam a falar de questões fulcrais como, por exemplo, da gestão do maior bairro social da cidade. Põe-se isso

em cima da mesa e não têm absolutamente nada a dizer. Zero, continuam a olhar para o lado, para o tecto e tal, são muito bons nisso, e, entretanto, quem vive ali é que vive mal. Uma casa abandonada, onde não vivia ninguém, arde. E o que é que vocês têm a dizer? Nada. O Executivo não diz nada. No mesmo bairro encontro uma Vereadora a tentar convencer os moradores, num prédio onde, por coincidência, vive aquela senhora que o Bloco já aqui falou que não tinha água, nem luz em casa, e a Vereadora vai lá, pessoalmente, tentar convencer essa senhora que deve contribuir com o seu dinheiro que não tem para uma porta de um edifício que é propriedade da Câmara. Isto é completamente absurdo, para não lhe chamar outra coisa. Completamente absurdo e mostra aquilo que vocês são. Vocês são isto.

Mas já foi aqui pedido, até pelo deputado que me antecedeu, do PCP, que compreendo: parem de cortar no serviço público em nome da dívida. Eu não peço que parem de cortar no serviço público em nome da dívida. O Bloco exige um retrocesso em todas estas asneiras graves e silenciosas que têm prejudicado os aveirenses de forma gravíssima. O Bloco tem e vai ter um programa eleitoral alternativo mais capaz do que esta vergonha a que assistimos nestes últimos anos, em Aveiro. Um programa alternativo que defenda a municipalização da MoveAveiro. Um programa alternativo que defenda a água pública. Um programa alternativo eficaz que pare com estas asneiras absurdas no centro da cidade. Obrigado, tenho dito.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

“O Vereador Pedro Ferreira parece que tem algumas dúvidas, ou não terá, em relação à concessão das Águas do Carvoeiro. Eu percebo que só me pode ter corrigido pelo simples facto da concessão ser feita por um grupo de concelhos da região de Aveiro e não somente pela Câmara Municipal de Aveiro. Penso que só pode ser isso a que se etária a referir. Tenho estes dados e seria grave se estes dados não fossem verídicos, porque estes dados que eu estava a referenciar dos caudais eram os que estiveram em discussão. Não me vai dizer que em Aveiro descem ao contrário... ai descem? Ao longo dos anos descem? Mas mesmo assim o Executivo compromete-se a pagar caudais mínimos e, portanto, tem de os garantir. Então se calhar não foi o mesmo documento que eu estive aqui a votar nesta Assembleia. Porque o documento que estivemos aqui a votar é bastante claro. Em relação àquele aspecto que eu suscitei e que não foi aqui mencionado. Muito especificamente. Em dois mil e onze o património móvel e imóvel é de cento e sessenta milhões de euros. O que eu disse, e acho que fui bastante claro, é que uma das rubricas onde se notava uma diminuição bastante acentuada era na rubrica cento e seis zero seis noventa e nove que diz respeito a obras de arte, móveis antigos, colecções de antiguidades. Depois se formos ver dentro dessa rubrica estava designadamente especificada como outros, constituindo sete bens no valor negativo de oitenta e nove milhões de euros. E foi aí que eu vi o grande abate de dois mil e dez, em que tínhamos um grande património móvel e imóvel de duzentos e cinquenta e oito milhões para os cento e sessenta milhões de euros. Não era só isso mas essa era, claramente, a rubrica que saltava à vista. E nós temos esta evolução. Património móvel e imóvel: em dois mil e dez, duzentos e cinquenta e oito milhões; dois mil e onze, cento e sessenta milhões de euros; e dois mil e doze, duzentos e quarenta e sete milhões de euros. Há aqui coisas que têm de ser, obviamente, explicadas e é isso que eu peço ao Vereador que o faça, já lhe dei a rubrica em pormenor, espero agora que possa clarificar isso.

Mais politicamente, esta Câmara está nesta prestação de contas, claramente, a pedir-nos para olhar para o curto prazo, para aquilo que consegui fazer no curto prazo, mas aquilo que resulta de uma análise mais detalhada é que, efectivamente, a avaliação que este Executivo merece é precisamente por aquilo que está a causar no que é o longo prazo. Já chegámos a falar da concessão do estacionamento por prazos inimagináveis de cinquenta mais dez anos, ou sessenta anos, para não ofender ninguém; o Plano de Saneamento Financeiro, se fosse uma operação bem sucedida, que não é, passa a dívida de curto prazo para médio e longo prazo, o

que significa, mais uma vez, arrastar com a barriga os problemas; a concessão das águas à AdRA também é um processo que se estende para além deste Executivo e que diminui aquilo que é o orçamento familiar através do encarecimento de um bem essencial, como é o caso da água; a concessão das águas do Carvoeiro. Portanto, tudo aquilo que este Executivo faz agora tem repercussões muito para além daquilo que é o curto prazo. Não me admira muito que a análise que é feita pelo Vereador Pedro Ferreira e por este Executivo seja “olhem aqui no curto prazo, nós conseguimos aqui reduções pontuais dos custos”. Até nos apresentam facturas, no plano financeiro, de telemóveis e coisas, perdoem-me a expressão, tão ridículas como essa, porque não têm nada de substancial para mostrar.

Queria também pegar numa frase que Olinto Ravara usou onde ele diz que rejeita aquilo que é o facilitismo e recusa o endividamento com repercussões para as novas gerações. Isto vindo, de alguém que representa aqueles partidos que estão tão bem representados naquilo que é o sector financeiro, aliás o PSD e o CDS têm nos seus quadros gente que já fez parte do sector financeiro, ex-Goldmansachs, pessoas que vieram do BES, pessoas que vieram do BCP, é este partido que tem moral para nos vir dizer, depois de em todos estes anos terem arruinado as contas públicas, que são pessoas sérias? Nós recusamos o facilitismo, nós recusamos o endividamento... quem é que está a facturar, neste momento, através da dívida pública? Quem é que está a fazer dinheiro à custa da dívida pública? Não são os bancos, inclusivamente bancos portugueses, que compram tesouros da dívida pública e que estão a ganhar dinheiro à custa disso? Não estão a aumentar os seus lucros à custa disso? Portanto, não há a mínima moral para vir com este discurso e ainda por cima sabendo que esta factura de que estamos a falar, a nível financeiro, é da responsabilidade de governos nos quais se inclui o PS, obviamente, mas também o PSD e o CDS que conseguem, até com bastante qualidade, em prazos de dois anos fazerem bastante mozza, nomeadamente num gráfico, não ei se repararam, que o Vereador Pedro Ferreira apresentou da dívida pública, quando ele mostrou a evolução, estava ali uma evolução desde dois mil e oito, com uma parte do PS mas outra, bastante boa, do PSD e que em governação de dois anos conseguem aumentar a dívida pública. E quando o objectivo era dizer que todas estas medidas de austeridade servem para servir um propósito dogmático que é a diminuição da dívida pública, nós percebemos que na realidade todas estas medidas são uma fuga e uma forma de alimentar o sector financeiro. Não há nenhuma moral, nenhuma coerência, por parte do deputado Olinto Ravara, quando tem o background político que tem.”

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[022](#)

“Este é, como todos sabem, o último relatório de prestação de contas antes das próximas eleições autárquicas. A meu ver, com toda a certeza, tem um outro peso e que os outros relatórios, que todos os anos são apresentados, não terão. E tem outro peso porque, de alguma forma, poder-se-á dizer que se reflectirá naquilo que será a tendência e a escolha dos aveirenses, relativamente ao futuro em termos de liderança autárquica. Em dois mil e cinco, porque atribuo a este relatório o último antes de cada término de mandato, tivemos um relatório e prestação de contas que teve o seu reflexo na sociedade e deu no que deu. Em dois mil e nove, deu no que deu. Em dois mil e treze, vamos ver. Uma coisa é certa, para quem está nas bancadas e refiro-me ao público, para quem não tem o acesso a determinados documentos, como nós temos, uma coisa aconteceu, acontece e há-de sempre acontecer, a versão da esquerda nunca coincidirá com a versão da direita. Nunca. Felizmente, espero que continue assim, e em dois mil e treze vamos ver se temos o retorno ao passado de dois mil e cinco ou de dois mil e nove. Aguardaremos.”

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[023](#)

“Muito rapidamente. Eu volto a insistir nalgumas questões que referi na minha primeira intervenção. Não há que escamotear os números que aqui estão, mas eu penso que a questão relevante é percebermos como é que aqui chegámos. Voltando aqui a algumas citações formuladas por alguns elementos da bancada. Em primeiro lugar gostaria de frisar que estamos em dois mil e treze. E, de facto, há mentes que continuam cristalizadas e muito próximas daquilo que foi o ano de dois mil e cinco. Assim uma espécie de memória selectiva, ou seja, no fundo, houve aqui oito anos de mandato, de dois mandatos autárquicos que são perfeitamente ultrapassáveis, do ponto de vista da análise. Importa sempre, nalguns aspectos e quando é conveniente, voltar à questão de dois mil e cinco.

Volto a referir, questão relevante. Os números estão cá, importa perceber a que é que correspondem estes números, do ponto de vista político. Houve aqui um conjunto de conhecimentos que ultrapassaram a própria Câmara e o próprio Executivo, sujeitando-se a esses próprios desígnios que, curiosamente ou não, são directrizes emanadas do próprio partido que governa o país, da própria coligação que governa o país. Não vejo que possa haver aqui qualquer dissonância relativamente a essas questões. Por outro lado, há um conjunto de aspectos que foram importantes. Eu salientaria a questão da AdRA que teve repercussão do ponto de vista operacional, que teve repercussão do ponto de vista daquilo que é a vida dos munícipes e dos aveirenses, e teve também uma repercussão do ponto de vista do encaixe financeiro que a Câmara Municipal fez, que permitiu, em muita medida, que fosse resolvida muita questão relativamente à dívida. Eu queria também salientar aquilo que o Sr. Vereador não referiu. Gostaria de salientar a questão da retirada do subsídio de férias e subsídio de natal. Tem que referir que parte do número que apresenta, do ponto de vista de custos com pessoal, se deve, precisamente, a essa medida. O Sr. apresenta essa medida como um bom resultado à conta daquilo que o Governo, do partido que é o do seu partido, fez. Retirou o subsídio de férias e o subsídio de natal, já para não falar das brincadeiras de trocarmos o nome aos subsídios que era de natal em duodécimos e agora passa para férias, e o de natal passa para não sei quando. Espelhou aí uma coisa muito interessante que tem a ver com uma analogia do ponto de vista da curva. Pois com certeza. Vocês estão em perfeita consonância com aquilo que é a política deste governo adoptada para este país. Com certeza que vamos ter resultados financeiros muito bons, estejamos nós vivos para usufruir deles. Já que gosta de citações do foro económico, a longo prazo estaremos todos mortos. Agora, questões de acção do próprio Executivo Municipal: alienação da AdRA, destruição dos serviços municipais, alienação do PDA, destruição de equipamentos desportivos, prioridade daquilo que foram alguns dos investimentos essenciais para Aveiro, por exemplo, o caso da Ponte Pedonal ou o caso do Parque da Sustentabilidade e a Ponte que atravessa a Avenida Artur Ravara. Estas são as vossas prioridades suportadas, obviamente, no QREN. E os números que os Srs. apresentam têm um conjunto de acções que estão associadas aos mesmos. Por outro lado, no último ano, vamos ter pavimentações a rodos, vamos ter um conjunto de acções do ponto de vista cultural muito interessantes e investidas no último ano, pena é que alguns dos Srs. não usufruam porque os vossos partidos, que vos apoiavam, vos tiraram o tapete à última da hora. É muito interessante esse tipo de perspectiva. A política eleitoralista pelos vistos, para já, saiu-vos furada. Vamos ver o que é que o futuro nos reserva. Os Srs. deixam números de herança para o próximo Executivo. Vão deixar também o concurso dos parques de estacionamento. Vão deixar também um conjunto de coisas que deixaram de existir. Vão deixar também dezenas de milhões de euros que negociaram com os credores e que vos permitiram folgar a tesouraria no presente ano. Vão deixar um Município que não tem qualquer tipo de política e de prioridade relativamente àquilo que são as vossas acções futuras. E é isso que é também importante adicionar àquilo que são as explicações nos vossos

relatórios e contas, nomeadamente neste último que, como diz o Sr. Deputado do CDS, é, de facto, o último antes das eleições. Disse.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁴

“Brevemente. Eu penso de maneira completamente diversa do que disse aqui o deputado do CDS, Paulo Marques, porque as contas são contas. Ponto final parágrafo. O que resulta é a diferença na sua apresentação. O que eu acho, muito honestamente, é que deveria ser definida por lei uma forma obrigatória de apresentação de contas, ponto final. Porque isto não é em termos de autarquia, nem só nesta, os portugueses são brindados com alterações e apresentações de números estatísticos, durante anos. Vão dizer que a culpa foi do Sócrates, não foi nada. Nós andamos nisto desde mil novecentos e setenta e seis, pelo menos. E o que é certo é que os números foram sendo apresentados sempre. O Prof. Cavaco Silva, que também cavou bem fundo, apresentava uns números absolutamente fabulosos. O homem que disse que Portugal era um oásis, não sei se se recordam disso, tinha um assessor económico que se chamava Vítor Gaspar, na altura, um jovem, um jovenzinho. E que fez esta previsão económica. Este Sr. já na altura tinha muita fé e muita categoria para apresentação de números e estudos económico-financeiros. E, portanto, contas são contas. Eu fico sem saber, não sou propriamente um especialista, mas gostava que a forma de apresentação fosse sempre a mesma e, provavelmente, nós conseguíamos fazer uma mensuração. Mas até admito, porque não tenho isso presente, que o próprio Executivo apresentou durante estes sete anos as contas de maneira diferente, com mais este índice ou com menos este índice, só estes cinco ou depois estes cinco mais estes dez, etc., etc.

Fica mais difícil, para quem não é do metier, estar a fazer esta explicação e fica também difícil para fazer a passagem do que é informação, nomeadamente através da comunicação social, e de quem é que tem razão. Os Srs. vieram para aqui para resolver o problema e ainda pioraram a dívida, que é o que nós achamos, ou está tudo muito bonito e as contas são absolutamente fabulosas, que é o que os Srs. acham, mas que aparentemente já não dá tanto jeito ao PSD e ao CDS. Não dá muito jeito, é uma chatice, agora o rapaz fez bom trabalho e nós agora resolvemos tirar-lhe o tapete, e como é que a gente justifica isto. Nem dizem nada. É uma vergonha. Porque se estas contas estão bem, se, como dizia o deputado João Carlos Valente, é o último balanço que se pode fazer e se o balanço é positivo, ao menos justifiquem lá qualquer coisinha. Justifiquem-se perante os aveirenses. Em que é que consiste o projecto “Juntos por Aveiro”? É “juntos, juntos” de acordo com aquilo que nos apetece e com a perspectiva de ganhar, seja por onde for e a que título for? Santa paciência.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁵

“Eu ouvi atentamente as explicações do Sr. Vereador, do Dr. Pedro Ferreira, bem como dos meus colegas das bancadas, penso que não foi acrescentado muito ao debate, essencialmente económico e financeiro. À análise das contas pouco foi acrescentado. O que também pouco terei a acrescentar relativamente a esta matéria. Há, de facto, aqui diferenças políticas assinaláveis que ressaltam do debate político. Estaríamos aqui uma semana, cada um na sua posição, e delas não sairíamos. Cada um parece que é dono da verdade e “daqui não saio, daqui ninguém me tira”. Alguns, até, encaram o debate político com uma ligeireza demasiado impressionante para os tempos que correm. É muito fácil adjectivar as coisas, é muito fácil colocar títulos assassinos em tudo aquilo que se diz. Portanto, vamos andando numa boa porque ninguém tem essas responsabilidades de pegar na causa pública, de levar as coisas a bom porto, de lidar com a realidade e de, perante as dificuldades, procurar resolvê-las. Aí é que se vê, efectivamente, o estofo de quem está à frente de uma Instituição como a Câmara Municipal de Aveiro. Naturalmente o Bloco de Esquerda e, também o Partido Comunista para

eles partitamente tudo o que é público deveria ser público, de facto, não deveria haver nada de privado. Tudo o que é privado cheira a negociatas, como eles estão sempre a dizer. Penso que no entender deles, o que era bom era acabar de vez com os privados, nacionalizávamos tudo, e estava tudo resolvido. Voltávamos à União Soviética pura e dura, estávamos bem, chamávamos para aqui um Stalin, mas acho que isso não ia resolver coisa nenhuma. Íamos todos sair do Euro, ficávamos mais pobres, e andar de chapéu na mão a pedir, fazendo figuras tristes. Não haveria emprego, não haveria desenvolvimento, não sei o que é que seria do povo português se, de facto, algum dia estes senhores tivessem oportunidade de governar.

Voltando às contas, acho que, até pela própria certificação legal de contas, é bom que se diga, as contas estão muito melhor apresentadas do que há meia dúzia de anos. Os Srs. já se esqueceram como é que se apresentavam as contas, antigamente? Desculpem o termo, era meia bola e força, e não tinham fiabilidade nenhuma. Nenhuma. E quando o relatório da inspecção diz o que diz, nem vale a penas estarmos aqui a discursar. Hoje em dia as contas estão certificadas, são rigorosas, são transparentes, meteu-se lá tudo o que estava encoberto. O próprio relatório, na altura, fala em qualquer coisa como quarenta e tal milhões que andavam debaixo do tapete. Hoje está tudo às vistas e às claras. Não há dúvidas. A gente pode discordar do que lá está, mas está lá. Não há surpresas desagradáveis ao nível das apresentações de contas, e são certificadas. Isso é muito importante e deve dar um conforto a todos nós que temos aqui o singular prazer de votar ou de chumbar as contas que são apresentadas. Para terminar, para não vos maçar muito mais, gostaria de dizer que nós, na verdade, constatamos que os números da prestação de contas do exercício de dois mil e doze reflectem, de uma forma clara e concisa, uma melhoria da situação económico-financeira do município, consubstanciada na obtenção de resultados operacionais e resultados líquidos positivos, bem como pela redução das dívidas a terceiros, no montante de dezasseis milhões de euros, face ao exercício de dois mil e onze. O PSD salienta o esforço continuado, não é de agora, já é de alguns anos a esta parte, de contenção de custos. E não é fácil conter custos, repito. E o esforço da redução da dívida do Município e do grupo municipal, bem como a evolução muito positiva do volume dos compromissos assumidos. Os Srs. não se podem esquecer que ainda há meia dúzia de anos os compromissos eram assumidos às carradas de milhões de euros e nem eram contabilizados. Sabem disso. Os compromissos iam para o tecto e nós andávamos aqui a olhar em frente e não víamos os compromissos que estavam no tecto. E isto é importante, eles descerem à realidade, postos aqui em cima da mesa para que todos nós os possamos ver, comentar, analisar, fiscalizar e votar. Também é de enaltecer aquilo que no ano passado se iniciou aqui nesta Câmara que foi a apresentação de orçamentos mais consentâneos com a realidade. É verdade. Houve reduções drásticas que trouxeram os orçamentos para uma situação mais real. Todos nós andávamos a reclamar isso há muito tempo e o ano passado começou a ser feito. E lá há-de chegar o tempo em que efectivamente estaremos aqui a aprovar orçamentos que serão “ipsis verbis” aquilo que se pretende gastar e aquilo que se prevê receber. Disso não teremos a menor dúvida. Também, relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, apesar da reiterada necessidade da sua revisão, que todos nós vimos a pugnar pela apresentação de um novo Plano que corrija os pressupostos iniciais e que estão ultrapassados, os pressupostos iniciais são de dois mil e sete e dois mil e oito, apesar disso, de facto, o Executivo tem vindo a cumprir de forma satisfatória, no seu todo, apesar da conjuntura no país ser bastante desfavorável e que tem consequências muito negativas para a qualidade de vida dos portugueses. Não vou entrar aqui em conta com as considerações de natureza política relativamente à necessidade de travar o ritmo que o país estava a seguir.

Não obstante reconhecer que nós ainda temos algum caminho a fazer é evidente que estamos no bom caminho para obter dentro de meia dúzia de anos o reequilíbrio financeiro da autarquia. Ainda não chegámos lá, eu não ouvi as declarações do meu amigo e colega de bancada, Dr. Manuel Coimbra, não as ouvi, lamento, portanto não as posso comentar. Mas uma coisa é certa, nós acabámos de dizer e a reconhecer aquilo que vem no próprio relatório.

Está lá claro, não engana ninguém. Portanto, não pretende iludir nem esconder de ninguém rigorosamente nada aos aveirenses. O que está lá, está lá, e está muito bem dito. E está muito bem explicado, coisa que se calhar dantes não acontecia. Portanto, o PSD considera, sem qualquer favor, que a Câmara está no caminho certo e, por isso, irá naturalmente votar a favor o Relatório de Gestão, o Balanço, as Contas do exercício de dois mil e doze, bem como os demais documentos de prestação de contas, que foram apresentados nesta Assembleia. Obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰²⁶

“Em relação à intervenção do Deputado que me antecedeu eu não vou responder à questão que referiu sobre a raiz ideológica do Bloco, até porque, infelizmente, ela revela bastante ignorância. Esteve nitidamente a falar daquilo que não sabe, não vou ter aqui essa discussão. Mas volto a referir que o PSD nunca responde às questões do Bloco. Mas noto que tem tempo para expor ignorâncias sobre o Bloco, e isso chega a ser divertido. Agora, sobre líderes anteriores dos partidos, dos nossos projectos políticos, e a resposta àquilo que seria dos portugueses com o Bloco no poder, eu gostava de falar de um Oliveira e Costa, por exemplo, que foi presidente do PSD e gostava de referir o que foi dos portugueses por causa desse grande líder social-democrata. Acabámos com ele a destruir o país e a comer uma sandwich na Assembleia da República, numa figura triste.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰²⁷

“Salta à vista de todos os presentes que não ofendi a honra de ninguém. Só apenas na cabeça do Sr. Deputado é que vislumbrou ali uma ofensa à honra do Bloco de Esquerda. Aquilo que eu disse, e o sr. também não disse rigorosamente nada, até fico muito feliz pela minha intervenção ser-lhe motivo de algum sorriso porque, de facto, as suas intervenções são tão amargas, neste hemiciclo, haja pelo menos alguma contrapartida das nossas intervenções. A gente sabe que são pobres mas sempre contribuímos com alguma coisa. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereadora Maria da Luz Nolasco⁰²⁸

Vereador Pedro Ferreira:⁰²⁹

“Só algumas notas finais. Sr. Deputado do PCP, caro Salavessa, notei uma alteração que não é habitual no seu discurso procurando inverter um bocadinho aquilo que são as notas sobre os processos. É algo estranho e que não é habitual em si. Nomeadamente quando falou na questão dos funcionários e falou que, de facto, transferimos menos dinheiro e consumismo menos, e que isso era mau. Ou seja, foi buscar o lado negativo das coisas, mas esqueceu-se da outra parte. Que é, ou isso significa dívida ou significa que os aveirenses hão-de pagar. É algo que não é habitual em si essa alteração. Dois pormenores em relação àquilo que referiu. Fique com esta nota que é uma nota de sete prestações de contas. Reduzimos quarenta e nove milhões de euros de dívida e quarenta e três milhões de euros de compromissos. E sou eu que estou a afirmar isso. E outra coisa, as razões do PS que foram aduzidas para a acta explicam alguma coisa, aliás na minha apresentação, apresentei isso, mas não explicam o esforço que foi feito pelo Município. Não são só as razões do PS.

Bloco de Esquerda, não há nada a referir. Em relação ao Partido Socialista, deputado Pires da Rosa. Em relação às apresentações das Contas, das prestações de Contas, Relatório, Revisões de Contas, por incrível que pareça, neste país, ainda não é obrigatório os municípios terem certificação de contas. Eu acho que todos nós que estamos nesta sala ficaríamos muito a ganhar com isso. É importante, de facto, haver uma analogia e acho que ela é conseguida, a apresentação que eu fiz tem a ver com a visão que eu tenho em relação ao trabalho que foi feito, mas em relação às contas acho que é importante nós termos, de facto, esse caminho a cumprir.

Francisco Picado, eu não sou o Gaspar, nem de perto, nem de longe. Posso falar devagar porque isto, à noite, é complicado, nem tenho muitas folhas de cálculo. Tenho algumas, que me vão dando nos serviços e, portanto, vamos trabalhando. Só dar-lhe esta relevância e ao Partido Socialista. Com certeza que não-de ter reparado que poucas vezes eu critico o que foi feito, digo que há coisas que faria diferente. É impressionante que, durante estes anos todos, esta maioria nunca fez nada de bem, ainda este ano as reduções foram porque o governo as impôs, não foram por trabalho nenhum. É só ler a acta. E, por último, fiquem todos com este esclarecimento. O PS em oito anos aumentou dois mil e quatrocentos e sessenta e oito por cento a dívida. E nós apenas dizemos que está na altura de começarem a olhar para as coisas e não serem só os outros a terem a culpa.

Por último, em relação ao Partido Socialista, duas coisas que acho que é importante terem a noção. Durante os últimos dois anos andámos a falar de pavimentações. Nós começámos a fazer as pavimentações e nós é que estamos errados. E a AdRA, por incrível que pareça, esteve no primeiro no Plano de Saneamento Financeiro que os Srs. se abstiveram. Portanto, se está a resultar e se está a contribuir para a redução da dívida fazia parte do Plano de Saneamento Financeiro.

Por último, em relação ao Partido Social Democrata e em relação ao CDS-Partido Popular apenas agradecer os números limpinhos, clara transparência e que, de facto, as contas não são brilhantes, mas são aquilo que se pode fazer. Muito obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:⁰³⁰

“Quería fazer um protesto e queria que ficasse em acta. A Vereadora Maria da Luz Nolasco respondeu a uma questão do Bloco de Esquerda, mas essa questão do Bloco de Esquerda foi aqui colocada duas vezes. A questão do bairro social e outras a que o Executivo, como já estamos habituados, não respondeu. O Bloco de Esquerda colocou a questão na primeira ronda e a Vereadora manteve o seu silêncio. O Bloco de Esquerda voltou a pôr a questão na segunda ronda e a Vereadora já respondeu. Muito malesinho, mas respondeu. Responder só na segunda ronda, quando as bancadas já não podem intervir de novo, ou seja não podem responder, deixa-me, legitimamente, acreditar que é propositado para evitar a discussão e que a Vereadora Maria da Luz tem medo de ir à discussão com o Bloco. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰³¹

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto n.º 3 – Prestação de Contas:

a) Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social, Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação, do ano de 2012 da Câmara Municipal de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰³² com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS6+IND1), zero abstenções, e onze votos contra (PS8+BE2+PCP1).

b) Relatório de Gestão e Contas do ano de 2012, dos Serviços Municipalizados de Aveiro, foi o mesmo aprovado por maioria,⁰³³ com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS6+IND1), uma abstenção (PCP1), e dez votos contra (PS8+BE2).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰³⁴

“O voto contra as Contas e o Relatório da Câmara Municipal, não tem a ver com juízo técnico em relação às Contas apresentadas, tem isso sim a ver com um juízo político negativo em

relação àquilo que as Contas apresentam e refletem e que coloquei principalmente na minha segunda intervenção. ”

Vogal Ivar Corceiro (BE):[035](#)

“Fazemos das nossas intervenções a justificação para os votos contra e pedimos que sejam registadas em acta. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS):[036](#)

“O voto favorável do CDS representa o reconhecimento do esforço feito pelo executivo, neste percurso difícil, mas que de facto têm-nos dado boas indicações de que algo de bom está a ser feito.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – **Nos termos do artigo 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de janeiro:**[037](#)

“Os votos contra do Partido Socialista, consubstanciam um voto político contra a política económica/financeira seguida pela autarquia – que está efetivamente refletida nas Contas. E queríamos passar para esta declaração de voto as intervenções que foram feitas por esta bancada, particular a intervenção feita pelo deputado Francisco Picado. E queríamos também registar nos termos da Lei o voto de Vencido para eventuais responsabilidades que possam daqui advir.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD):[038](#)

“O PSD votou favoravelmente tendo em consideração a transparência e o rigor das Contas, a certificação das mesmas pelo ROC, pelos Resultados Líquidos positivos alcançados, pela continuada redução dos custos e da dívida municipal, pelo caminho que persistentemente tem vindo a ser trilhado por este executivo. Muito Obrigado.”

Ponto 4. – Regulamento para o cargo de dirigente intermédio de 3º grau do Município de Aveiro.[039](#)

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião Ordinária de 22/03/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou na Vereadora com o pelouro, a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereadora Maria da Luz:[040](#)

“O Regulamento que aqui se traz para o Cargo de Dirigente Intermédio do Município de Aveiro ele é decorrente da alteração da Lei 305/2009 de 23 de Outubro. E portanto cumpre-me submeter à consideração da Assembleia Municipal o presente regulamento. Para quê? Para ir de encontro no fundo ao que o cargo de direção intermédia representa nesta estrutura. Que tal como na altura foi dito, a estrutura que foi adotada na Câmara Municipal de Aveiro não é uma estrutura matricial com equipas de projecto, mas sim uma estrutura hierarquizada com dirigentes, coordenadores de equipas e com chefes de departamento. O chefe de núcleo no fundo é um coadjuvante do dirigente. É um coordenador que tem uma função entre as várias daquilo que podem ler aquilo que é a base deste Regulamento, tem uma que eu destaco, que é

proceder de uma forma objectiva, com a proximidade que lhe é devida, a avaliar a atribuição de mérito dos trabalhadores em funções públicas. Como vocês sabem não é um dos requisitos fáceis a cumprir em função dos objectivos a avaliação de cada um e do grupo e à forma como cada um se empenha no espirito de equipa. Esperemos que ele seja um elemento congregador de uma equipa, e não havendo as tais equipas de projecto ele possa ser mais coordenador, como alguém que tendo uma maior proximidade ele consegue assumir responsabilidades de mediação, e de agilização e de rentabilização das equipas. Por isso, ele tem esta nomenclatura de chefe de núcleo. As suas competências, enfim, estão todas exaradas neste Regulamento e de acordo com aquilo que nos é possível também quantificar nesta estrutura, podemos ter acesso a três cargos de dirigente intermédio. Ser-nos-ão úteis, ser-nos-ão elementos favoráveis, em termos de recursos humanos e da sua operacionalidade. É isto. Ficarei aberta às questões que acharem oportunas.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴¹

“Bem eu aceito que este regulamento para recrutamento de dirigentes intermédios acaba por ser um tema um pouco inócuo, a lei para a contratação para a função pública parece ser sempre muito justa, mas eu gostava de referir que as Câmara de “direita”. Esta particularmente, encontram sempre forma de ‘contornar’ essa justiça na contratação.

Este executivo, aliás, tem sido fértil em contratar amigos e familiares, numa lógica que eu considero até um pouco vergonhosa. Está a meter todos os amiguinhos no emprego público bem pago assim sem ninguém notar. É ou não verdade que a própria esposa do Vereador das Finanças estrou nesta mandato para os serviços da Câmara?

Eu gostava de referir que nestas coisas volto sempre ao mesmo. Na coisa pública não basta ser honesto é preciso parece-lo — e esta Câmara não parece.

A contratação, aliás, depois da constituição do júri e dos testes técnicos, passa sempre por uma entrevista ‘manipulável’. E eu gostava de referir que nesta Câmara já aconteceu num caso concreto que eu trouxe aqui, que os melhores nos testes técnicos serem os piores na entrevista pessoal! É uma coincidência brutal que se passa muito aqui na Câmara de Aveiro e que abre a suspeita na contratação e pessoal.

O que interessaria mesmo aqui discutir é que cada vez há mais precariedade no trabalho em Portugal. E quando a direita diz que quer nivelar a contratação pública e a contratação privada é sempre para nivelar por baixo. Ou seja atribuiu direitos a uns mas nunca atribuiu direitos a outros. Mas como não é disso estamos a discutir aqui, eu quero fazer uma pergunta (vamos lá ver se respondem), por que é que um regulamento que tem como fundamento a lei 64/2011, vai ser aprovado agora em 2013 em fim de mandato? Apetece-me até perguntar qual é o “amigo” que querem meter agora como quadro intermediário na Câmara. Muito obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁴²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁴

“Muito Brevemente. O regulamento parece-me um bocadinho inócuo, claro que resulta de uma obrigação legal. É evidente que as coisas na administração pública estão mais do que congeladas e, portanto, não haverá oportunidade para abrir nenhum tipo de recrutamento para o que quer que seja. De todo o modo pergunto à autarquia se, com a aprovação deste regulamento, se faz intenção de num tempo próximo abrir, ou tentar abrir, algum tipo de concurso para este tipo de cargo novo de direcção que agora cria. Porque, seguramente, esta

pergunta interessa ser respondida, pelo menos aos funcionários da autarquia que pretendam concorrer a este concurso, desde que preencham os requisitos.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁵

“Gostaria de realçar que isto decorre da lei, da adaptação para a criação, de facto, dos chefes de núcleo. Gostaria de deixar muito bem claro que ao nível do recrutamento estão aqui regulamentadas as condições para esse recrutamento. Não é, como diz o Bloco de Esquerda, que é para os amiguinhos, para os familiares, não é nada disso. Está aqui a dizer, no artigo quinto, muito bem e para que não haja dúvidas. Se for preciso, acho que vale a pena lê-lo em voz alta. Diz o artigo quinto que os titulares dos cargos de direcção intermédia de terceiro grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos da legislação em vigor, de entre trabalhadores em funções públicas, contratados ou designados por tempo indeterminado. Portanto, isto aqui é clarinho como a água. Não há aqui azo a essa suspeição continuada sobre tudo e mais alguma coisa, e que se tratam de mais negociatas para meter toda a gente que a gente quer na Câmara. Não é nada disso e é até insultuoso. E devo dizer que ninguém pediu a defesa da honra para as atoardas que o Sr. disse. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereadora Maria da Luz:⁰⁴⁶

“Posso apenas dizer que, realmente, reforçando as palavras do Dr. Pires da Rosa, que este regulamento decorre da lei, um cargo que emana da lei e que importa regulamentar, e que é possível ser em número de três. Aqui poderia haver uma variável que seria a quantidade; quantos cargos intermédios de dirigentes é que tínhamos, mas como vocês sabem, como no caso dos dirigentes, o número de chefias foi conseguido através do número de população residente e em movimento pendular, também o número de camas no turismo, depois com a devida equação chegámos a um número. Neste caso podemos ter três chefes de núcleo, como referiu também o Dr. Olinto Ravara, serão alvo de um concurso.

Realmente os tempos condicionam-nos a entrada e o congelamento é geral, embora possa precisar que quando estes cargos, mais uma vez, decorrem da lei, cumprem ser regulamentados e podem ser criados não vamos negar a que isso aconteça, se isto for para criar melhores condições de operacionalidade na estrutura e no organigrama que se pretende flexível e funcional, que tenha as competências que são necessárias. Não vou fazer futurologia. Logo veremos se é possível, se há cabimentação, para se abrirem concursos. É lógico que interessarão não só às pessoas que estão na autarquia, mas noutras autarquias, já que isto é transversal, qualquer pessoa pode concorrer. E se assim for feito, que venham e que fiquem os que tiverem melhores competências e que mostrarem essa capacidade.”

Membros da Assembleia

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁷

Só para esclarecer que o facto da contratação estar limitada neste regulamento, há queles que fazem já parte da função pública, e não belisca nem um bocadinho a possibilidade de isto ser uma forma de promoção daqueles que são os boys e girls das jotas partidárias. Eu não sei, mas uma coisa não invalida minimamente a outra.

Portanto preocupa o Bloco, se isto é mais um cargo de direcção para manter as lides partidárias num nível salarial satisfatório. Obviamente que isto vem em contraciclo com aquilo que é a iniciativa de austeridade de não contratar novas pessoas para os quadros da função pública. Mas também é preciso perceber que, já existe muita rapaziada partidária na função pública, apesar do bloco defender a função pública, não nos iludimos a esse respeito e,

portanto, esta pode ser uma forma de promover uma certa mobilidade interconcelhias, interdistritais, isto é manter essas pessoas em cargos de direção e a própria hierarquização em si é uma forma de conseguir manter essa “confiança política”.

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto n.º 4 Regulamento para o cargo de Dirigente Intermédio de 3.º grau do município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰⁴⁸ com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS6+IND1), onze abstenções (PS8+BE2+PCP1), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 5. – Planos de Pagamento plurianuais ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06:⁰⁴⁹

a) **Acordos de Regularização de Dívidas (vários);**

b) **Acordo de Regularização de Dívida–ACASA;**

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião Extraordinária de 22/04/2013, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Câmara delegou no Vereador com o pelouro, a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁵⁰

“Sr. Presidente, esta é uma matéria que já cá trouxemos. Tratam-se, por motivos legais, de todos aqueles procedimentos que passam de um ano para o outro, relativamente a planos de pagamento, alguns deles feitos ao nível jurídico, e têm que vir a esta Assembleia. Estamos a falar de dezasseis planos de pagamentos que trazemos aqui para aprovação.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵¹

“Que algum dos Srs. Deputados não queira dizer nada acho admissível, mas agora que a Câmara não diga nada, perante uma proposta que traz à Assembleia, não me parece adequado. Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós, PCP, vamos abordar este ponto, esta questão, sobre uma dupla perspectiva. A primeira é, onde é que está o instrumento de medição da dívida e da gravidade da dívida que leve a que a algumas entidades se faça o pagamento por inteiro e se faça de uma só vez, e com outras entidades se estabeleçam acordos faseados de liquidação da dívida, com a ideia de que, quando se faz um plano faseado, é estar a transferir para o futuro parte do encargo que já está assumido, a obra está feita. É passar compromissos que existem para anos ulteriores. A dificuldade em dar um voto a favor a estes acordos tem a ver com isto mesmo, com estes dois aspectos. Os critérios... porque é que à ACASA não se paga de uma vez, e a ACASA bem precisava, e porque é que com outras entidades é o contrário. Há sempre leituras de outra forma.

Por outro lado, e esse é o segundo aspecto, se a Câmara chegou a acordo com essas entidades e tem uma plataforma de entendimento, acho que não faz muito sentido estar a obstaculizar

esse acordo que está estabelecido, por livre vontade, que é a vontade de receber algum e ver a sua dívida satisfeita, por parte das entidades, se chegaram a acordo não se vê razão para obstaculizar. Não estou a dizer para apoiar veementemente mas, pelo menos, não obstaculizar. Entretanto e a propósito disto, quer deste ponto, quer do ponto anterior, eu queria deixar uma observação à Câmara e à Mesa que tem a ver com declarações de voto. Eu acho muito difícil que os Srs. Vereadores, Ana Neves e do Partido Socialista, tenham votado, nalguns casos, contra estas propostas e que não tenham feito declarações de voto. Com certeza que as fizeram. Portanto, é curial, se há declarações de voto, que elas venham transcritas nos resumos que são apresentados na Assembleia Municipal, para que nós possamos avaliar o que é que esteve por trás, que argumentos é que estes Srs. Vereadores aduziram, e que estão em síntese, com certeza, nas declarações de voto, para justificar a sua votação. Este é um elemento importante para quem não está representado na Câmara Municipal, na Vereação, pelo menos por enquanto, é um elemento fundamental de juízo a transcrição das declarações de voto dos Srs. Vereadores que têm outra posição que não a da maioria. Tenho dito.”

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁵²

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁵³

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: ⁰⁵⁴

“Relativamente a estes dois acordos que aqui estão eu gostaria de colocar algumas questões para entendimento daquilo que nos é apresentado. Em primeiro lugar, excetuando a ACASA que admito tenha outro critério subjacente do ponto de vista do acordo que foi feito, mas no outro conjunto de acordos que aqui estão feiro eu gostaria de perceber qual foi o critério adotado para escolher estas entidades e não outras. Porque de facto não consigo vislumbrar a partir dos documentos que são apresentados. Obviamente não estou a colocar em causa o critério, quero é perceber qual é o critério subjacente a essa escolha.

A segunda questão que gostaria de colocar tem a ver com a forma de apresentação destas propostas. Penso que seria de mais fácil leitura se fosse acompanhado de um mapa de síntese de tudo isto que aqui está para percebermos qual é o montante que está subjacente aos acordos que estão feitos e para perceber também do ponto de vista da calendarização temporal, qual é o encargo do ponto de vista de Tesouraria que o executivo tem de assumir para liquidar estes acórdãos. E portanto penso que dessa forma a informação focaria muito mais legível por parte de quem tem de analisar e decidir sobre este processo.

Uma terceira questão prende-se com o seguinte aspecto. Tendo a Câmara tido a oportunidade de recorrer ao PAEL em condições que diria favoráveis, sendo que não deixamos de estar a falar da assunção de um empréstimo. Penso que seria muito interessante fundamentar a nossa decisão através de um mapa comparativo ente aquilo que seria essa solução e da solução encontrada para estes conjuntos de dívidas passíveis de serem liquidadas em termos de acordos, para podermos ter os dois cenários e percebermos obviamente qual dos cenários seria mais favorável do ponto de vista decisão.

Até porque este exercício não deixa de se enquadrar de alguma forma não na supressão da dívida (obviamente que há aqui algum acordo sobre juros), mas não estamos a falar de supressão de dívida. Estamos a falar de uma transferência de dívida que é de curto prazo para médio longo prazo. E portanto, aquilo que nalguns casos vamos assistir é que num prazo o executivo terá de assumir estes encargos a dois, três anos e o PAEL teria outra perspectiva de longevidade. Portanto julgo que estas questões nos ajudariam a perceber as opções que teríamos à nossa frente. E penso que contribuiriam para a deliberação objetiva que temos sobre este ponto. É só.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁵

“Nesta bancada apoiamos e saudamos todos os acordos de pagamentos feitos pelo Executivo visto que estes acordos visam pagar, repito, pagar dívidas da Câmara a empresas e ou outros. Este deve ser um objectivo deste Executivo e que tem levado a bom porto como constatámos na discussão das Contas do ano passado, do ano transacto, com a redução da dívida, utilizando em alguns casos este tipo de procedimentos. Acordos de pagamentos entre as partes terá naturalmente o voto favorável desta bancada.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁵⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁵⁷

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁸

“Sr. Presidente, relativamente a esta matéria nós entendemos que é de aprovar este tipo de iniciativas porque conduzem à regularização de dívidas do Município para com os seus credores. Portanto, este é o caminho que há a fazer, desejando que haja um bom fim para todas as matérias que ainda estarão pendentes e em negociação com os credores. É importante honrar os compromissos, é importante pagar a tempo e horas, é importante reduzir os prazos médios de pagamentos. Não tenhamos dúvidas que basta atacar esse critério que é definido pela Lei da Autarquias Locais. Estamos apenas em excesso em qualquer coisa como quarenta e seis dias para entrarmos nos eixos naquilo que é definido como não desequilíbrio conjuntural. É importante. Na bancada do PSD louvamos esta postura do Executivo de procurar chegar a acordo com os nossos credores porque pagar o que se deve não desonra ninguém, é muito importante que se faça e dá credibilidade. É das coisas que mais credibilizam um Executivo é pagar a tempo e horas aquilo que se deve. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁵⁹

“Sr. Presidente, só transmitir aqui algumas dúvidas que foram colocadas que acho que têm pertinência. Há aqui duas situações que vêm, como devem ter reparado, algumas foram acordos em tribunal, portanto esse têm toda a legitimidade, foi aquilo que foi conseguido, outros que foram da nossa lavra em termos de negociação com os próprios particulares. O nosso objectivo em termos de mapa global, é que, em termos mensais, os planos de pagamentos não ultrapassem cerca de cem mil euros. Este é um valor que nós assumimos como sendo possível de libertar pela tesouraria do Município. Isto não quer dizer que seja sempre igual em todos os meses, mas o objectivo é cerca de cerca de um milhão e duzentos mil euros por ano. É isso que nós tentamos dentro do processo habitual. Concordo que poderíamos ter outra apresentação, enfim, não é algo que nós tenhamos trabalhado muito.

Em relação a uma questão levantada pelo Bloco de Esquerda, o Deputado João Pedro disse que isto para nós é uma mera formalidade, são todos uns incompetentes, devíamos era estar a fazer gestão. E acabou por explicar porque é que para mim é uma mera formalidade. É que o SR, ao contrário do deputado Salavessa, ao contrário do Francisco Picado ou do Pedro Pires da Rosa, o que o Sr. disse não teve a ver um ponto com o ponto. O Sr. não discutiu uma única alínea, nem o Sr., nem o seu colega, sobre o ponto. Nenhuma. E é só ir ver as actas e ler. Portanto, para mim, no seu caso é, de facto, mera formalidade.

Em relação ao Pedro Pires da Rosa, nós ainda não pagámos a dívida toda. Os próximos Executivos, até dois mil e vinte e três têm muita dívida. E ainda hão-de estar a pagar o empréstimo do Estádio. Há muita coisa ainda para os próximos Executivos pagarem. Havemos de deixar cá alguma coisa, não podemos pagar tudo se não parecia mal.

Por último, dar-vos esta nota. Como vocês com certeza repararam, depende muito dos processos, mas o objectivo é sempre, nem em todos conseguimos, no máximo pagar juros de

mora, mas nunca pagar juros vincendos. A não ser, de facto, algumas entidades que são mais complicadas, uma delas está aqui que é o caso da EDP. Mesmo que nós aderíssemos ao PAEL, e eu vou apenas cingir-me, neste momento, a esta parte, na esmagadora maioria destes processos, sejam os de curta ou mais longa duração, estamos sempre, em termos de juros a conseguir taxas muito menores. Por outro lado, como eu disse e já o disse publicamente, alguns dos jornalistas até estão aqui, o PAEL é um instrumento financeiro. Como bem disse o Francisco Picado deve ser analisado mediante determinados procedimentos. O que se passa é que a Câmara Municipal sempre foi condicionada a aderir ao “programa um”. E eu sempre disse que o “programa um” não interessava, não tinha nenhuma mais-valia para o Município a não ser criar necessidade de impostos. O “programa dois”, alguns municípios como os de Ílhavo, Vagos, etc., etc., porque, de facto, em termos de programa financeiro era um programa positivo para eles. Não tinha problemas nenhuns em pegar nalgumas destas dívidas, noutras acho que o procedimento que estamos a fazer é muito melhor, portanto não fazia sentido, mas em pegar nalgumas e contratar o “programa dois”. Não tenho problemas nenhuns em assumir isso. Mas não é possível... excelente. Seguimos pelo nosso caminho e temos conseguido, em termos de taxas de juro, no final, em todos os procedimentos tenho a certeza que ficámos a ganhar em relação em aderir ao PAEL.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁶⁰

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁶¹

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁶²

Presidente da Mesa⁰⁶³

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto n.º 5 – Planos de Pagamento plurianuais ao abrigo da lei n.º 8/2012, de 21/02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06:

a) Acordos de Regularização de Dívidas (vários), sendo o mesmo aprovado por maioria,⁰⁶⁴ com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS6+IND1), uma abstenção (PCP1), e dez votos contra (PS8+BE2).

b) Acordo de Regularização de Dívida - ACASA, foi o mesmo aprovado por maioria,⁰⁶⁵ com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS6+IND1), três abstenções (BE2+PCP1), e oito votos contra (PS8).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁶⁷

“Apesar de não estarmos de acordo com os critérios que levam a que os acordos sejam realizados com determinadas entidades e não com outras, o que é um facto é que há acordos estabelecidos e não vejo razão para os inviabilizar.”

Vogal Francisco Picado (PS):⁰⁶⁸

“A nossa declaração de voto está vertida nas intervenções da bancada.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰⁶⁹

“De igual modo.”

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do

plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada⁰⁷¹ por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

De seguida o presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁷³ a terceira reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 13 de Maio (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:15 horas do dia 07 de Maio de 2013.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)